

A AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO PODER JUDICIÁRIO DO RS.

Sonia Liane Reichert Rovinski¹

Os trabalhos desta mesa pretendem apresentar algumas formas de atuação do psicólogo junto ao Poder Judiciário do RS, a partir de seus diferentes pontos de inserção no sistema e das diferentes demandas que necessitam atender. Serão apresentados os trabalhos sobre a avaliação psicológica do dependente químico, dos danos psíquicos e aquelas feitas pelos operadores da adoção. Os trabalhos visam apresentar a prática utilizada, problematizando questões técnicas e éticas.

A AVALIAÇÃO DO DANO PSÍQUICO EM PROCESSOS DA ÁREA CÍVEL

Sonia Liane Reichert Rovinski

No Brasil, como em vários países do mundo, tem crescido de forma significativa a demanda por avaliações forenses para determinar a presença de danos psicológicos decorrentes de situações traumáticas. Em nossa realidade, esta demanda tem se apresentado, principalmente, relacionada a processos envolvendo a busca de ressarcimento financeiro por seqüelas ocasionadas por acidentes de trânsito ou por aquelas sofridas na área do trabalho. Observa-se que a avaliação destes prejuízos psicológicos na área forense, decorrentes de situações traumáticas, é matéria recente e, portanto, não está claramente especificada na legislação brasileira. A possibilidade do ressarcimento por danos psicológicos fica legitimada pela sua associação aos danos morais, ocasionando, muitas vezes, confusão entre esses dois conceitos. Apesar da doutrina e jurisprudência tratarem do dano psíquico como se fosse dano moral, defende-se a idéia da distinção entre os mesmos, devendo o primeiro ser conceituado como autônomo e vinculado à área da saúde, pois, implicaria na presença de uma conformação psicopatológica. Para Echeburúa, Corral e Amor (2002) o dano psíquico é passível de ser medido por instrumentos de avaliação psicológica adequados, diferenciando-se do dano moral, por ser mais preciso. O dano moral se constituiria em um conceito mais subjetivo e que implicaria uma percepção mais pessoal do prejuízo, principalmente, em relação aos bens imateriais da honra ou da liberdade. Neste sentido, Castex (1997) afirma que o primeiro (dano psíquico) estaria no campo dos técnicos de saúde mental, enquanto que o segundo (dano moral) deveria ser arbitrado por agentes jurídicos. Para nortear o trabalho do psicólogo, propõe-se a utilização do conceito de dano de Echeburúa, Corral e Amor (2002), que definem o mesmo como as conseqüências de um evento negativo que ultrapassa a capacidade de enfrentamento e de adaptação da vítima a uma nova situação. Sua ocorrência esta associada, geralmente, a uma ameaça à própria vida ou à integridade psicológica, com presença de prejuízos orgânicos ou não. A avaliação psicológica do dano psíquico na área forense exige do técnico a capacidade de situá-lo em relação ao evento traumático vivenciado, permitindo estabelecer a existência do nexo de causalidade. Esta relação nem sempre se apresenta de maneira unívoca, sendo, geralmente, perturbada pela mediação de concausas, que, de forma diferente das causas, não seriam suficientes para gerar o dano psíquico. Assim, as exigências mínimas dizem respeito à necessidade de se levantar as condições pré-mórbidas da pessoa, determinar a presença real ou não destes “danos psíquicos” e verificar a presença de uma relação causal entre o fator traumático e os prejuízos apresentados. Da mesma

¹¹ Departamento Médico Judiciário/Tribunal de Justiça do RS. soniarovinski@terra.com.br

forma, é necessário determinar se o dano é estável ou se as condições podem mudar com o passar do tempo ou através de tratamentos específicos. A constatação do dano deve estar relacionada ao impacto que o mesmo ocasionou às funções da vida diária, e seu nível ou severidade deve ser avaliado em relação a o estado pré-mórbido da pessoa.

A AVALIAÇÃO DO DEPENDENTE QUÍMICO

Dirce Maria de Lemos Minella²

Dentro do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul é recente a experiência de avaliar jurisdicionados adultos com o objetivo de encaminhar os casos de dependência química para atendimento biopsicossocial na comunidade. Este trabalho surgiu a partir da necessidade sentida por vários magistrados de receberem assessoria para encaminhar apenados, supostamente com problemas de drogadição, para recursos comunitários. A existência de litígios judiciais envolvendo conflitos de natureza intrapsíquica ou interpessoal, bem como social, que vão além da esfera judicial, foi uma das justificativas para a criação deste tipo de trabalho. Para Bertolotte (1990) é importante a correta identificação de problemas sociais a par da sintomatologia física ou psíquica, para projetar estratégias de intervenção do tipo preventivas, terapêuticas ou reabilitadoras na abordagem do dependente químico. Cunha, Minella, Argimon e Pereira (1991) encontraram diferenças pressupostamente associadas com a qualidade de vida de alcoolistas, no que se refere a escores em testes de memória, entre diferentes grupos sócio-econômicos. Diante da necessidade da instituição e considerando os estudos teóricos, foi projetada uma equipe interdisciplinar, mas composta inicialmente por duas psicólogas (07/2000), sendo uma a autora deste trabalho. Em 2002 já incluía uma assistente social, uma estagiária de psicologia e uma secretária. Os principais objetivos que nortearam as avaliações foram entender e abordar cada caso dentro de suas peculiaridades psicossociais, num contexto jurídico, considerando os aspectos biológicos e culturais; despertar a vontade de desenvolvimento integral e o sentido de cidadania e fomentar o vínculo e a adesão ao atendimento indicado, realizado pela rede social. Nas avaliações feitas foi procurado envolver pessoas da convivência diária do caso, verificando a dinâmica das interações, a quantidade e a qualidade dos problemas decorrentes do uso da substância psicoativa, o grau de dependência e o modo de enfrentamento dos problemas cotidianos. A clientela atendida foi formada por indivíduos ou famílias encaminhados por juízes da Comarca de Porto Alegre, nas situações judiciais de suspensão condicional do processo; suspensão condicional da pena; pena substitutiva a de prisão, pena restritiva de direito; orientação do juiz para submissão a atendimento biopsicossocial e solicitações de ajuda pelos jurisdicionados, em audiência. A operacionalização do trabalho abrangia o esclarecimento dos objetivos com o magistrado, se não ficasse claro no estudo do processo; a realização da entrevista inicial; o levantamento de dados, como médicos e escolares; a integração de todos os dados colhidos e a comunicação dos resultados ao jurisdicionado, indicando a abordagem e o local de atendimento. Observamos a importância de manter contatos formais e informais com os recursos comunitários, formando uma rede social que interagisse. Presenciamos diferentes reações dos jurisdicionados, que foram desde um pedido genuíno de ajuda, até uma dificuldade continuada para aceitar o cumprimento de uma determinação judicial. Raros casos tiveram necessidade de algum tipo de internação, tendo o atendimento ambulatorial sido a indicação

² Foro Central de Porto Alegre/ Tribunal de Justiça do RS

terapêutica de rotina. As repercussões deste tipo de avaliação no Judiciário vão além do jurisdicionado atendido, pois que atingem sua família e futuras gerações.

OS OPERADORES DA ADOÇÃO

Verônica Petersen Chaves³

O presente trabalho tem por objetivo discutir o papel dos operadores da adoção enquanto facilitadores ou mediadores deste processo. A prática na Equipe de Adoção do Juizado da Infância e da Juventude, bem como um longo trabalho de pesquisa e reflexão sobre o tema fundamentam esta discussão acerca de quem são estes personagens e qual a sua atribuição em cada etapa. Vários são os personagens envolvidos dentro do contexto adotivo. Dentre suas várias facetas encontramos em primeiro lugar as famílias desfavorecidas socialmente e que pressionadas por graves situações emocionais ou, na maioria das vezes sociais acabam por entregar seus filhos ao estado. Diametralmente oposta a esta situação estão as famílias que, impedidas de procriar, buscam na adoção a possibilidade de perfiliação. Será dentro de um contexto jurídico com seus personagens peculiares que esta passagem se dará. Juízes, defensores, promotores de justiça aplicarão a lei para que a criança, grande protagonista desta história, tenha todos os seus direitos garantidos. Como intermediário entre todos estes vértices encontra-se a Equipe de Adoção. Esta terá o papel fundamental de orquestrar as diferentes linguagens: jurídica e afetiva. No trabalho de habilitação dos candidatos a adoção, na preparação da criança para o encontro com a família adotiva e posteriormente no acompanhamento ao longo do estágio de convivência, a equipe trabalha para a construção desta teia de vínculos familiares que de forma específica se constroem através da lei. As dificuldades quanto a adaptação, as dificuldades posteriores na família adotiva, principalmente relacionadas a poder conciliar a história pregressa da criança com seu status adotivo, motivou este trabalho. Ele se constrói da prática à teoria, enfrentando as dificuldades do pouco escrito até então a respeito.

³ Foro Central de Porto Alegre / Tribunal de Justiça do RS